

# Sumário

PREFÁCIO.....	9
1. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	11
1.1. CONCEITO .....	11
1.2. EVOLUÇÃO .....	14
1.3. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO .....	26
1.3.1. PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO .....	34
1.3.2. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE .....	35
1.3.3. PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO .....	36
1.3.4. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO .....	37
1.3.5. PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFETIVIDADE .....	38
1.3.6. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE .....	40
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS.....	43
2.1. CONCEITO .....	43
2.2. EFETIVIDADE E APLICABILIDADE .....	50
2.3. O MÍNIMO EXISTENCIAL E O PANORAMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO .....	65

3. O SERVIÇO PÚBLICO E AS PRESTAÇÕES ESSENCIAIS .....	75
4. SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE.....	91
4.1. DELIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL. REGULAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO .....	91
4.2. SAÚDE: CONCEITUAÇÃO .....	101
4.3. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO .....	105
4.4. O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: DIRETRIZES E DESCENTRALIZAÇÃO .....	116
4.5. ESTRUTURA BÁSICA LEGISLATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....	120
4.5.1. DA BASE CONSTITUCIONAL E ESTRUTURA LEGAL .....	120
4.5.2. DA REGULAMENTAÇÃO DA LEI ORGÂNICA PELO DECRETO 7.508/11.....	122
4.5.3. DA PADRONIZAÇÃO NO SUS - PROTOCOLOS CLÍNICOS, DIRETRIZES TERAPÊUTICAS E RELAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS E MEDICAMENTOS (DECRETO 7.508/11 e LEI 12.401/11).....	125
4.5.4. A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO (LEIS 8.142/90, 12.466/11 e DECRETO 7.508/11).....	134
4.5.5. A LEI COMPLEMENTAR 141/12.....	136
4.6. REGIONALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO: O SISTEMA DE REFERÊNCIAS E CONTRA-REFERÊNCIAS.....	139
4.7. A ASSISTÊNCIA INTEGRAL .....	144
5. DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	149
5.1. O ORÇAMENTO PÚBLICO E OS LIMITES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	149

5.2. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO .....	155
5.2.1. PRINCÍPIO DA UNIDADE .....	155
5.2.2. PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE .....	156
5.2.3. PRINCÍPIO DA ANUALIDADE .....	156
5.2.4. PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO OU NÃO VINCULAÇÃO .....	157
5.2.5. PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO .....	157
5.2.6. PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE E CRÉDITOS SUPLEMENTARES OU ADICIONAIS .....	158
5.3. DESPESAS PÚBLICAS .....	158
5.4. RECEITAS PÚBLICAS .....	160
5.5. O ORÇAMENTO PÚBLICO ENQUANTO INSTRUMENTO CONCRETIZADOR DAS FINALIDADES PÚBLICAS E BEM-ESTAR SOCIAL .....	160
6. A EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS E O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL.....	179
7. O DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO À SAUDE E SEU DIMENSIONAMENTO CONSTITUCIONAL.....	189
8. AS INSUFICIÊNCIAS DO SISTEMA, A JURISDIONALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E O LIMITE À INTEGRALIDADE .....	195
9. CONCLUSÕES .....	215
BIBLIOGRAFIA .....	221